

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 484.473 - SC (2018/0335963-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**REQUERENTE** : JAISON DA SILVA  
**ADVOGADO** : JAISON DA SILVA - SC025147  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : SANDRA MARIA BERNARDES

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de **reconsideração** da decisão proferida por esta relatoria às fls. 2228-2230, que indeferiu o pleito de concessão da ordem, liminarmente, para anular a sessão plenária do Tribunal do Júri ou, alternativamente, suspender a execução provisória da pena até o julgamento de mérito do **habeas corpus**, ou declarar a nulidade do acórdão e determinar a suspensão da execução provisória da pena da paciente, até o julgamento do mérito do **writ**.

No presente pedido, a Defesa aduz que o julgamento dos embargos de declaração na apelação criminal foi designado para o dia 19/02/2019, sendo iminente a prisão da paciente, pois "*consoante já indicado no acórdão da apelação criminal n.º 0000158-57.2015.8.24.0011, após referida decisão nos embargos de declaração será efetuada a prisão da Paciente.*" (fl. 2310).

Acrescenta que "*diante do iminente risco de prisão e a possibilidade de, ao final, ser concedido o presente mandamus, requer-se a concessão de liminar no sentido de suspender a execução provisória da pena da Paciente até o julgamento de mérito desse Habeas Corpus e/ou o trânsito e julgado de sobredito processo.*" (fl. 2310).

Requer, assim, a **reconsideração** da decisão, a fim de que seja **deferido o pedido liminar** para suspender a execução provisória da pena da paciente "*até o julgamento de mérito desse Habeas Corpus e/ou o trânsito e julgado de sobredito processo.*" (fl. 2312).

É o relatório.

**Decido.**

Não se vislumbra a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado, uma vez que da **quaestio** trazida à apreciação na exordial do **writ** não se verifica, de plano, o **fumus boni iuris** do pedido.

Como afirmado, a análise da alegada nulidade ocorrida, em tese, durante a sessão de julgamento do Tribunal do Júri excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito da impetração e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

De toda sorte, cumpre ressaltar que, recentemente, o Plenário do col. Supremo Tribunal Federal evoluiu em seu entendimento e, por maioria de votos, indeferiu o pedido formulado no **HC n. 126.292/SP**, de relatoria do em. Min. **Teori Zavascki**, decidindo pela possibilidade do início do cumprimento da pena após o encerramento das instâncias ordinárias.

Tal entendimento, aliás, foi confirmado por ocasião do julgamento do ARE n. 964.246, submetido à sistemática da repercussão geral, no qual o Plenário reafirmou a jurisprudência do **Pretório Excelso** no sentido de que *"a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal"* (ARE n. 964.246/SP, **Tribunal Pleno**, Relator Min. **Teori Zavascki**, DJe de 25/11/16).

Em outras palavras, está autorizada a execução provisória da pena após o julgamento de segunda instância, o que teria ocorrido no caso concreto.

Sob tal contexto, **indefiro o presente pedido de reconsideração.**

Preclusa a presente decisão, retornem os autos conclusos para julgamento.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

